

A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO ESCOLAR PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE ALUNOS SURDOS

Edna Ranielly do NASCIMENTO

CH/UEPB/niellyfersou@hotmail.com

Auricélia Fernandes de BRITO

CH/UEPB/auriceliafernandes@outlook.com

Orientadora: Dr.^a Adriana Sales Barros

RESUMO: A muito já tem se discutido sobre os direitos dos portadores de necessidades especiais na sociedade brasileira. Estas discussões geraram leis específicas que abordam a temática. A citar a LDB-artigo 59(1996 p.21) discute sobre a necessidade da inclusão social no espaço escolar. Mediante tais afirmações, o presente trabalho tem como objetivo discutir a pesquisa realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Chaves, localizada no município de Lagoa de Dentro-PB, através de uma pesquisa qualitativa. Baseada em dados obtidos na escola, referente à adaptação da mesma, com relação a inserção do público surdo que a constitui. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma entrevista com a diretora da escola, em busca das principais dificuldades para incluir o público portador de necessidades especiais no espaço escolar. Utilizou-se como aporte teórico CASTILHO (2014), LDB (1996), LIMA (2006) e MEC (2014). Através dos relatos da diretora e das observações do espaço escolar, conseguimos constatar que a escola estudada apresenta déficits tanto na capacitação dos profissionais, quanto na adaptação estrutural e física do seu ambiente escolar. Contudo, constatamos também que, existem tentativas de se adequar a novo público presente na escola. A citar, por exemplo, a contratação de um intérprete de libras, para promover a melhor comunicação entre os alunos surdos e os demais membros escolares ou o projeto de construção de salas especializadas para o atendimento de tal público.

Palavras-Chaves: Escola. Adaptação. Alunos surdos.

RESUMEN: Muchos ya se ha discutido sobre los derechos de las personas con discapacidad en la sociedad brasileña. Estas discusiones llevaron a leyes específicas que aborden el tema. La LDB citar el artículo 59 (1996 p.21) discute la necesidad de la

inclusión social en la escuela. Por estas declaraciones, el presente trabajo tiene como objetivo discutir la investigación llevada a cabo en las teclas Municipal escuela primaria Alfredo, ubicada en el municipio de Lagoa de Dentro-PB, a través de una investigación cualitativa. Con base en los datos obtenidos en la escuela, en referencia a la adaptación de la misma, con respecto a la inserción de la población que es sordo. Para lograr el objetivo propuesto, se realizó una entrevista con el director de la escuela, en busca de las principales dificultades incluyen el portador de necesidades especiales en el espacio de la escuela pública. Fue utilizado como el CASTILHO teórico (2014), BDL (1996), Lima (2006) y el MEC (2014). A través de los informes y las observaciones de espacio de la escuela del director, nos ponemos en contacto la escuela estudió ambos muestran déficits en la formación profesional, y en la adaptación estructural y física de su entorno escolar. Sin embargo, también encontramos que existen intentos para adaptarse a esta nueva escuela pública. La cita, por ejemplo, la contratación de una libra de intérprete, para promover una mejor comunicación entre los estudiantes sordos y otros miembros de la escuela o el proyecto de la construcción de salas especializadas para la asistencia de tales pública.

Palabras clave: Escuela. Adaptación. Estudiantes sordos.

INTRODUÇÃO

A defesa da inclusão social dos portadores de necessidades especiais é um tema constantemente discutido no cenário brasileiro. Contudo, é comum presenciar nas escolas, inúmeras carências, tanto no critério estrutural, quanto no critério de capacitação do corpo docente acerca das adaptações necessárias para aderir de forma igualitária os alunos com necessidades especiais.

Diante desta realidade, nos propusemos a realizar uma pesquisa na escola municipal Alfredo Chaves, localizada no município de Lagoa de Dentro-PB. Com o objetivo de mostrar como a escola responde a estas questões inclusivas a muito já discutidas. Quais são os principais obstáculos enfrentados? Quais são as ideias sugestivas para o aprimoramento do atendimento especializado?.

Em síntese nos comprometemos a conhecer a realidade educacional do Alfredo Chaves, por meio de entrevista realizada com a diretora da referida escola. De forma

assim, a discutir a questão polêmica que é o processo inclusivo e ao mesmo tempo defender que este processo faz-se necessário, para a extinção do preconceito e para a construção da igualdade social.

Para alcançar os objetivos já mencionados, utilizaremos como referenciais teóricos, Castilho (2006) que aborda questões voltadas a discussões acerca da igualdade e das diversidades, ao mostrar que todos tem direito a um processo igualitário, LDB (1996), lei que defende os direitos educacionais de qualquer cidadão, seja este portador de necessidade especial ou não. Lima (2006) que discute sobre a necessidade da inclusão de alunos especiais no ambiente social e escolar e MEC (2007).

O trabalho será fragmentado em diferentes partes. Inicialmente será abordada a metodologia da pesquisa, e em seguida será mostrado os resultados e discussões acerca do tema.

METODOLOGIA

No dia 01 de Outubro nos propomos a fazer uma pesquisa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Chaves, situada no município de Lagoa de Dentro-PB, com o objetivo de fazer uma análise, a partir dos dados, sobre a capacitação da escola para receber alunos com necessidades especiais, com enfoque principalmente nos surdos.

A referida pesquisa consistiu no primeiro momento, em uma entrevista realizada por nós graduandos de letras, para com a diretora da escola Alfredo chaves.

A coleta de dados foi dividida em partes específicas. Na primeira parte foram coletados os dados gerais do informante (nome, idade, sexo, escola em que trabalha e tempo de serviço docente). Na segunda parte, coletaram-se dados específicos, mencionados logo abaixo.

1. Você já atuou com alunos de necessidades especiais? () Não () Sim.
Como foi essa experiência?
2. Você concorda com a afirmação de que esta escola possui adaptações necessárias para a inclusão de portadores de necessidades especiais?
Justifique.

3. Os profissionais da escola já participaram de cursos de capacitação docente, quanto à inserção dos portadores de necessidades especiais na sala de aula?
4. Você conhece alguma política pública ou lei que defenda os direitos dos portadores de necessidades especiais na escola?
5. Na escola, existem rampas para cadeirantes? Existe sistema em braile? A biblioteca disponibiliza livros em braile? Existe tradutor de libras?
6. Quantos profissionais sabem se comunicar em Libras?

A segunda fase do nosso trabalho voltou-se para a análise dos dados encontrados, a partir da coleta. Os dados obtidos foram relacionados com o conhecimento teórico acerca do tema, especialmente com a lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. De modo assim, a detectar os déficits e avanços da escola lagoadentense para com a inclusão dos alunos que precisam de atenções especializadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, no artigo 59(1996 p.21) define que, as escolas precisam oferecer aos alunos portadores de necessidades especiais,

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

[...]

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O MEC (2007 p. 15) acrescenta ainda que,

[...] A proposta de educação escolar inclusiva é um desafio, que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado. [...].

Percebe-se que a LDB, assim como o Mec define metas que devem ser seguidas para que os portadores de necessidades especiais possam ter um atendimento adequado. Contudo o MEC (2007) especifica, mais profundamente, o atendimento especial para os alunos surdos. No entanto, é perceptível que, enquanto o segundo determina que a educação escolar inclusiva é um desafio, o primeiro nos dá subsídios para compreender o porquê.

Diante deste cenário, a pesquisa nos possibilitou contatar que em ambas as escolas estudadas, não há adaptações necessárias para atender os alunos especiais. Devido à abrangência da pesquisa, nos propomos a relatar apenas os dados obtidos referentes aos alunos surdos.

Segundo Araújo (2007) existem tipos diferenciados de surdos, existem aqueles com surdez severa e com surdez profunda. Existem ainda os pré-surdos (surdez leve ou moderada). No entanto, independente do tipo de surdo, as escolas abordadas, até então, não estão preparadas para a recepção de tais alunos.

Quando indagamos a diretora da escola Alfredo Chaves sobre a adaptação da escola, a mesma afirmou que, somente no ano de 2014, a escola precisou lidar com dois alunos surdos. Ou seja, nos anos anteriores não havia no histórico da escola tal público. Ela afirma ainda que, lidar com esta situação não foi fácil, pois inicialmente os professores mostraram-se preocupados com a notícia. Alegando que não tinham formação específica para o atendimento especializado.

Não obstante, a diretora mostrou-se bastante otimista, ao relatar que mesmo diante das dificuldades, estavam aprendendo com a nova realidade educacional da escola. Estavam, portanto, em processo de adaptação. Uma das primeiras atitudes deste processo de adaptação foi a contratação de um intérprete de libras.

Araújo (2007 p.18) nos auxilia a compreender melhor sobre a necessidade de um intérprete de libras no espaço escolar ao afirmar que,

É de fundamental importância que a influência da língua portuguesa oral sobre a cognição não seja supervalorizada em relação ao desempenho do aluno com surdez, dificultando sua aprendizagem e diminuindo suas chances de integração plena. Faz-se necessária, por conseguinte, a utilização de alternativas de comunicação que possam propiciar um melhor intercâmbio, em todas as áreas, entre surdos e ouvintes. Essas alternativas devem basear-se na substituição da

audição por outros canais, destacando-se a visão, o tato e movimento, além do aproveitamento dos restos auditivos existentes.

Percebe-se, por meio da citação de Araújo, que na escola estudada fez-se necessário o intérprete de libras, já que os professores da escola não tem capacitação para construir uma relação entre diferentes vertentes linguísticas, a citar a língua portuguesa com a língua de sinais.

A diretora revelou também o seu desejo em construir uma sala especializada para os dois alunos surdos, em um período de contra turno. De modo assim, a favorecer a sua inclusão no horário normal, e a sua melhor capacitação no horário oposto.

Considerando a necessidade do desenvolvimento da capacidade representativa e linguística dos alunos com surdez, a escola comum deve viabilizar sua escolarização em um turno e o Atendimento Educacional Especializado em outro, contemplando o ensino de Libras, o ensino em Libras e o ensino da Língua Portuguesa.” (Araújo, 2006 pág. 15).

Observe que a ideia da diretora é uma proposta já mencionada por Araújo. Isto reforça ainda mais, a ideia de que os surdos não devem ser excluídos da sala normal, mais inserido também em um contexto mais especializado (AEE). Afinal, somente assim a escola, conseguirá verdadeiramente, promover a igualdade e contribuir com a extinção do preconceito.

Castilho (2006 p. 55) define a igualdade como [...] um direito reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos e um princípio incorporado nas constituições. E acrescenta ainda que o preconceito é, “[...] uma atitude cultural positiva ou negativa dirigida a membros de um grupo ou categoria social. Como uma atitude, combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais positivas ou negativas. [...]” (CASTILHO apud JOHNSON (1997, p. 180), 2006 p.56).

Isto nos faz compreender que o a inclusão é ferramenta indispensável para a construção de novos valores sociais mais democráticos. Afinal, “[...] mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.” (ARAÚJO, 2006 p.14).

É preciso contribuir com a formação cidadã dos alunos surdos e com a sua inserção no contexto social contemporâneo. É necessário ressaltar ainda que, a LDB em

seu artigo 59, inciso V(1996) afirma que os alunos com necessidades especiais precisam também ter oportunidades de ser inseridos no ambiente profissional, assim como precisam também ter espaço para atuarem no mercado de trabalho, que está a cada dia mais concorrido.

Em síntese, fica claro que além da necessidade de adaptação escolar, tanto na estrutura, quanto na capacitação dos profissionais docentes. Faz-se necessário a contribuição escolar para que os portadores de necessidades especiais possam exercer sua cidadania de forma plena e igualitária.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Apesar da existência de inúmeras leis que defendam os direitos dos portadores de necessidades especiais, vivenciamos uma realidade totalmente diferenciada.

A pesquisa realizada na Escola Municipal Alfredo Chaves, situada no município de Lagoa de Dentro-PB, nos permitiu chegar a tal conclusão. Ao mesmo tempo em que nos fez compreender a importância de se discutir o tema.

Mediante os dados obtidos, constatamos ainda, que a escola não está preparada para receber os surdos. Contudo, está em processo de adaptação, não medindo esforços para capacitar-se, com o objetivo de recebê-los da melhor forma possível.

Em síntese, este estudo foi satisfatório, na medida em que conseguimos captar os principais problemas da escola estudada e colher sugestões em busca do seu aprimoramento. Vale ressaltar ainda, que os referenciais teóricos mostraram-se como importante ferramenta para a compreensão do tema.

Enquanto estudantes de Letras, esperamos que este trabalho possa contribuir para a formação dos possíveis educadores, de modo que estes possam estar aptos a receber os surdos em sala de aula, ou pelo menos que esteja apto para aprender a lidar com o novo público estudantil da sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **Direito à Igualdade e à Diversidade:** condições de cidadania. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensaio pedagógico:** educação inclusiva: direito a diversidade. Brasília – DF, 2006. Disponível em < [http:// portal](http://portal).

mec. gov. br/ seesp/ arquivos/ pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf> Acesso em 15 de Setembro de 2014.

Lei de Diretrizes e base da educação. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> . Acesso em 05 de Outubro de 2014.

LIMA. Prof^a Daisy Maria Collet de Araújo (org). **Educação infantil:** saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.]Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SEESP / SEED / MEC. **Atendimento educacional especializado:** pessoa com surdez. Brasília/DF – 2007. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf> Acesso em 27 de Setembro de 2014.